



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS PROPOSTAS DE
PLANO ANUAL REGIONAL PARA 2018, ORÇAMENTO
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2018.**

HORTA, 13 e 14 de Novembro de 2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3505 Proc. n.º 102
Data:	047/11/17 N.º 13/14/XI



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

- 1 - A Comissão de Política Geral, ao abrigo do disposto no artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reuniu na sede da ALRAA, na cidade da Horta, nos dias 13 e 14 de novembro de 2017, a fim de emitir o seu parecer sobre as propostas de Plano Anual Regional para 2018, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2018.
- 2 - O parecer diz respeito às competências da Comissão de Política Geral nas áreas da Administração Pública, Regional e Local; Ordem Pública e Proteção Civil; Comunidades Açorianas; Construção Europeia; Tratados e Acordos Internacionais; Habitação, Equipamentos e Urbanismo.
- 3 - O parecer fundamenta-se na análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas, na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam, bem como nos pareceres dos parceiros sociais.
- 4 - A dotação financeira dos diversos programas em análise é a seguinte:
 - a) Programa 1 - (Competitividade; Emprego e Gestão Pública)
 - Projeto 1.4 - Modernização Administrativa - 705.276 €
 - Projeto 1.5 - Informação de interesse público ao cidadão - 2 200 000 €.
 - Projeto 1.6 - Serviços sociais - 170 000 €.
 - Projeto 1.7 - Cooperação com as Autarquias Locais - 520.000 €.
 - b) Programa 10 - Habitação e Renovação Urbana - 21. 255. 707 €.
 - c) Programa 12 - Prevenção de Riscos e Proteção Civil - 7 008 955 €.
 - d) Programa 14 - (Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas)
 - Projeto 14.1 - Construção de Estradas Regionais - 33. 419. 500 €.
 - Projeto 14.2 - Reabilitação de Estradas Regionais - 13. 573. 973 €.
 - Projeto 14.3 - Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária - 1.100.000 €.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Projeto 14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER – 1.410.000 €.

Projeto 14.11 – Laboratório Regional de Engenharia Civil – 701. 157€.

Projeto 14.12 – Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos –
1. 500.000 €.

Projeto 14.13 – Cooperação com diversas entidades – 4. 100. 000 €.

e) Programa 16 – (Comunidades e Cooperação Externa) – 810. 375 €.

5 – Foram efetuadas as seguintes audições, conforme Relatórios em anexo:

- a) Vice-Presidente do Governo Regional.
- b) Secretária Regional dos Transportes e Obras Publicas.
- c) Secretário Regional da Saúde.
- d) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.
- e) Secretária Regional da Solidariedade Social.

CAPÍTULO II
PARECER

A Comissão de Política Geral, baseada na apreciação dos documentos apresentados e nas audições efetuadas aos Membros do Governo Regional que tutelam as áreas da competência da Comissão, deliberou aprovar, por maioria as propostas de Plano Anual Regional para 2018, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2018, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com a abstenção e reserva para plenário dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e da Representação Parlamentar do PCP, o Grupo Parlamentar do BE tem assento na Comissão, sem direito a voto.



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL**

Horta, 14 de novembro de 2017

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

ANEXO
AUDIÇÕES

Dia 13 de Novembro de 2017

AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

O Vice-Presidente do Governo Regional fez uma apresentação genérica das áreas da sua tutela que se inscrevem nas competências desta Comissão, destacando a introdução do Art.º 2º no Orçamento referente ao orçamento participativo, que envolve quatro áreas que estão explicitas no documento.

Quanto à Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional pretende-se consolidar os projetos em curso e prosseguir com ações visando a modernização administrativa e a simplificação administrativa.

O Deputado Bruno Belo interveio para questionar o Vice-Presidente relativamente ao trabalho que tem sido desenvolvido pela EMRAP neste ano e se será desenvolvido no próximo, designadamente no que diz respeito à certificação de qualidade dos serviços públicos. Questionou ainda, atendendo a que à data da integração extraordinária ocorrida em 2017 alguns funcionários não possuíam as condições de acesso à função pública, mas que agora já estariam em condições de aceder ao processo de integração extraordinária, se haveria este ano de 2018 essa possibilidade. Finalmente questionou como iria decorrer o processo de descongelamento de carreiras nos Açores.

O Vice-presidente respondeu que a EMRAP esteve ao longo de 2017 a fazer o trabalho de auscultação dos funcionários públicos, ouvindo os contributos destes relativamente ao funcionamento dos serviços, percorrendo todas as ilhas, cumprindo escrupulosamente os prazos, sendo que por volta do dia 23 de Novembro este período de trabalho ficará concluído. Acrescentou que o trabalho que está a ser feito, quando terminar, dará origem a que se iniciem os processos de certificação. Realçou também que já existem serviços da Administração Pública certificados, nomeadamente laboratórios.

No que diz respeito aos processos de integração extraordinária, referiu que já foram concluídos 78 processos e acrescentou que os médicos não aderiram ao processo de integração



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

extraordinária. O Governo entende que esta situação foi pontual e que não vai fazer deste processo uma forma nova de recrutamento na Administração Pública. Finalmente, em relação ao descongelamento das carreiras na função pública, referiu que este é um assunto da exclusiva competência da Assembleia da República e que será aplicado na íntegra na Região.

O Deputado Manuel Pereira perguntou qual o ponto de situação do SIGRHARA.

O Vice-presidente respondeu que esse programa já está em funcionamento há muito tempo.

A Deputada Sónia Nicolau perguntou a que se destinava o valor inscrito para a Plataforma Integrada de Dados da Administração Regional dos Açores.

O Vice-presidente respondeu que este investimento visa permitir que o CIOE possa fazer de uma forma automática a exportação de dados.

A Deputada Graça Silveira questionou a que se devia a redução substancial das verbas inscritas para a cooperação técnico-financeira com as Juntas de Freguesia.

O Vice-Presidente respondeu que essa verba destina-se a equipamento informático e mobiliário de escritório e que, tendo em conta que as Juntas nesta altura já possuem essas condições, não é necessário manter as dotações tão elevadas.

AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

A Secretária Regional informou a Comissão das principais orientações estratégicas relativamente aos projetos do Programa 10 - Obras públicas, tecnologias de informação e comunicações – com um investimento de 56 milhões 256 mil euros, mais 1 milhão 216 mil euros, ou seja mais 2%, face a 2017, repartido por 5 grandes rúbricas, a saber:

1. Construção de Estradas Regionais, num montante de cerca de 33 milhões e 420 mil euros;
2. Beneficiação e Reabilitação de Estradas Regionais, num montante de cerca de 13 milhões e 574 mil euros;
3. Integração e Valorização Paisagística de Zonas Adjacentes à Rede Viária Regional, num montante de cerca de 1 milhão e 410 mil euros;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

4. Intervenções em Edifícios Públicos, num montante de cerca de 1 milhão e 500 mil euros;
5. Tecnologias de Informação e Comunicações, num montante de cerca de 6 milhões e 352 mil euros;

No âmbito das Obras Públicas pretende-se em 2018 dar continuidade ao investimento na Rede Viária Regional, num montante de 33 milhões e 420 mil euros, onde se inclui;

- O investimento plurianual das SCUT`S
- A conclusão da obra de acesso ao Porto de Vila Franca do Campo,
- Bem como, o desenvolvimento do projeto de acessibilidades entre Furnas e Povoação, incluindo a variante às Furnas.

No domínio da Beneficiação e Reabilitação de Estradas pretende-se no Plano de 2018 dar continuidade aos investimentos ao nível dos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento e reforçar a melhoria das condições de segurança e conforto nas vias regionais através de um investimento de cerca de 13 milhões e 574 mil euros em toda a RAA, onde se inclui;

- Beneficiação e Requalificação de Estradas Regionais, em Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo, através de intervenções de manutenção preventiva e beneficiação;
- Ligação inter-concelhia Nordeste - Povoação;
- Investimento no âmbito dos Circuitos Logísticos Terrestres de Apoio ao Desenvolvimento em São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial, Flores e Corvo, através de empreitadas de requalificação e modernização de ligações inseridas na Rede Viária Regional, onde se destaca;
 - Consolidação dos Taludes da Ribeira Quente (1ª e 2ª fase) – São Miguel
 - Construção do Ramal de São Carlos - Terceira
 - Reabilitação da ER entre Aeroporto e Ribeira do Almeida – São Jorge
 - Reabilitação da ER entre Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo - Faia
- Reforço da segurança através de investimento em sinalização horizontal e vertical em todas as ER da RAA;



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Este Plano assume também como objetivo promover uma Região inclusiva e diferenciada com especial atenção para a requalificação de espaços públicos, para que os turistas que visitem as ilhas dos Açores possam usufruir de espaços dignos e com interesse turístico.

Nesse sentido, a SRTOP prevê na Integração e Valorização Paisagística de Zonas Adjacentes à Rede Viária Regional, num investimento de cerca de 1 milhão e 410 mil euros, que representa um aumento de 845.000€ em relação a 2017, na requalificação de diversos espaços públicos em toda a RAA, através da melhoria da operacionalidade e integração paisagística e urbanística, incluindo a requalificação de pontos de interesse turístico adjacentes à Rede Viária Regional, onde se destaca;

- A requalificação dos miradouros da Lagoa do Fogo – São Miguel;
- A requalificação do miradouro da Vista do Rei – São Miguel;
- Processo de construção de parque de estacionamento para apoio à zona balnear da Silveira - Terceira;
- Criação e requalificação de espaços adjacentes às ER em todas as ilhas para criação de novos pontos de interesse turístico no âmbito do Roteiro dos Miradouros e melhoria de condições de operacionalidade nos espaços públicos existentes

O Deputado Luis Rendeiro começou por dizer que o valor inscrito como investimento no Plano é enganador, já que uma parte substancial se destina a fazer face ao pagamento da renda anual das SCUT`S. É um valor muito elevado que está comprometido por muitos anos e referiu que corresponde ao dobro de todo o investimento em toda a rede viária regional. Solicitou que explicitasse melhor, em S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Faial, quais as estradas cujo valor é superior a 1 Milhão de Euros, bem como, ao nível da integração paisagística, qual a localização do parque de estacionamento adjacente à zona balnear da Silveira e o que se previa a requalificação do miradouro de Santa Barbara.

A Secretária Regional respondeu que considera que as rendas das SCUT`S são parte integrante do Plano e que as bases legislativas para a sua execução foram aprovadas na Assembleia Regional. Relativamente às estradas referiu que em S. Miguel se refere à consolidação dos taludes da estrada da Ribeira Quente à Povoação e a ligação entre os concelho do Nordeste e Povoação, onde também se incluem as expropriações. Na Terceira



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

refere-se ao ramal de S. Carlos e ao pagamento de terrenos. Em S. Jorge as obras mais significativas são a pavimentação da estrada entre o Aeroporto e a Ribeira do Almeida, depois de concluída a obra do Porto das Velas e também para pagamento de expropriações. Finalmente no Faial refere-se à reabilitação do troço entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime Melo. Relativamente ao parque de estacionamento adjacente à zona balnear da Silveira e ao miradouro de Santa Barbara, nesse momento não conseguia dizer, mas compromete-se a dar-lhe conhecimento.

A Deputada Graça Silveira começou por perguntar se não achava estranho que o valor inscrito nas SCUT`s fosse quase o mesmo que está inscrito para todos os investimentos portuários e aeroportuários do Açores e questionou também se o valor de 470 Milhões de euros que estava na CROP já está executado ou não, tendo em conta que já não existe CROP.

A Secretária Regional, relativamente às SCUT`s, não faz mais comentários e quanto ao valor de 470 milhões que estava na CROP, não tem esse valor atualizado mas compromete-se a facultar-lhe esses dados.

O Deputado Antonio Lima interveio para questionar em que consiste a nova rede de dados e relativamente às SCUT`S se está prevista alguma renegociação da renda futura. Referiu ainda que o Presidente do Governo em 2016 disse em campanha eleitoral que o governo estava em condições de melhorar a acessibilidade entre Furnas e Povoação, contudo o valor inscrito é de 60,000 euros e questionou o que se pretende fazer com esse valor.

A Secretária Regional respondeu que a medida referente à rede de dados tem como objetivo a aquisição de uma nova plataforma de computação e de suporte de dados dos Açores. No que diz respeito às SCUT`s, o Governo não prevê fazer qualquer renegociação das condições da renda existente. Finalmente, em relação às acessibilidades entre Furnas e Povoação referiu que, independentemente das declarações do Senhor Presidente do Governo Regional, o valor inscrito refere-se aos estudos financeiros e de viabilidade da construção e sobre a melhor forma de se executar o projeto.

O Deputado José San-Bento interveio, referindo que no Plano está inscrita a conclusão do troço de acesso ao porto da Vila Franca, solicitando melhor explicação, visto que não existe obra. Questionou também o que pensa o Governo fazer em relação a zona da Caldeira Velha, designadamente o estacionamento, e se equaciona a possibilidade de em certos casos de implementar algum mecanismo de gerar receitas próprias.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Secretária Regional respondeu que em relação à obra da conclusão do troço de acesso ao porto da Vila Franca, poderá não ser a melhor terminologia, mas que a obra decorrerá no prazo de três meses e por isso terá início e conclusão no próximo ano. No que diz respeito à Caldeira Velha, referiu que com a necessária reserva está concessionada à Câmara Municipal da Ribeira Grande e que aquilo que incumbe ao Governo é o estacionamento e neste momento estão a ser feitos estudos de carga máxima de acesso e só depois se vai adequar o estacionamento à carga máxima possível e definida pela área do ambiente. Acrescentou que se o pagamento for uma forma de disciplinar o acesso poderá ser implementada.

O Deputado Marco Costa interveio para questionar quais os fundos comunitários que nesta altura já estão destinados e comprometidos.

A Secretária Regional respondeu que não possui esses valores mas que os vai facultar à Comissão.

O Deputado Luis Rendeiro voltou a intervir no sentido de questionar o Governo se vai ou não implementar o estacionamento pago no aeroporto das Lajes.

A Secretária Regional respondeu que existe a intenção de implementar o estacionamento pago no aeroporto das Lajes.

Dia 14 de Novembro de 2018

AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE

No âmbito da Proteção Civil, área integrada na orgânica da Secretaria Regional da Saúde, o Secretário Regional informou a Comissão das principais linhas de ação para o ano de 2017.

Começou por referir que no Programa 12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil, há um investimento sensivelmente semelhante ao ano anterior.

Relativamente à emergência médica vai ser feita uma candidatura para a aquisição de oito ambulâncias, tendo referido também que os concorrentes relativos ao concurso para aquisição de 8 ambulâncias foram excluídos e terá de se fazer novo concurso.

No que diz respeito às infraestruturas, realçou que a ampliação do quartel dos bombeiros de Santa Cruz das Flores e a ampliação do quartel dos bombeiros das Lajes do Pico estão um



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

pouco atrasadas e que se prevê a sua conclusão para meados de 2018. Relativamente ao quartel dos bombeiros da Povoação houve problemas ao nível da adjudicação, com recurso de um concorrente, tendo o tribunal já decidido que a obra deverá ser adjudicada ao concorrente que ficou em segundo lugar, decisão esta que já não é passível de recurso pelas partes. Contudo, terá que ser feita nova candidatura a fundos comunitários por parte da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Povoação. No que diz respeito ao Faial, numa reunião mantida com a Direção da Associação, foi reportado um conjunto de constrangimentos ao nível dos seus órgãos sociais que já estão ultrapassados e que dificultavam a passagem da propriedade do terreno para Associação, situação esta que também já está ultrapassada. Finalmente referiu que foi constituído um grupo de trabalho com o objetivo de fazer um levantamento das necessidades de financiamento das Associações no prazo de 6 meses.

O Deputado José San-Bento interveio, começando por referir que a dimensão da Associação Humanitária de bombeiros de Ponta Delgada é muito grande e que o atual modelo de Direção não responde em pleno à realidade e consubstanciou que o ano de 2016 gerou um défice de exploração de 400.000 euros. Questionou o membro do Governo sobre o ponto de situação do funcionamento da rede SIV e se o governo pode referir quando pensa entregar as 8 ambulâncias que vão ser adquiridas. Questionou ainda sobre o serviço de emergência no concelho de Angra do Heroísmo e se poderia desagregar melhor as verbas inscritas no programa 12.1.4.

O Secretário Regional respondeu que o grupo de trabalho agora constituído visa analisar todos os relatórios e contas de todas as Associações, tendo em conta que a Proteção Civil enquanto entidade financiadora tem esse direito, não esquecendo que os primeiros fiscalizadores das Associações são os seus associados. No que diz respeito ao serviço de emergência de Angra garantiu que não existe qualquer atraso nas transferências de verbas, contudo a situação de uma ambulância de noite ainda se mantém. Relativamente à entrega das ambulâncias, o governo não se compromete com uma data nem para onde vão, mas tem a intenção de concluir todo o processo no 1º trimestre de 2018. Em relação às verbas inscritas para equipamento, este valor decorre das solicitações das Associações. Finalmente respondeu que o modelo de funcionamento do serviço SIV nas ilhas onde não há viatura própria passa para o âmbito da Associação, faltando decidir se a ambulância sai ou não com um técnico de saúde. Na Horta a preocupação é estabilizar este serviço.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Deputado Manuel Pereira questionou a verba inscrita nas radiocomunicações a que se destina.

O Secretário Regional respondeu que se destina a adquirir um equipamento para instalar numa zona escura na Ilha Terceira e assim eliminar esta lacuna.

A Deputada Graça Silveira interveio para questionar o Governo no sentido de solicitar explicação porque foram orçamentados valores ao longo dos anos para o quartel do Faial e nada foi executado. Questionou ainda para que se destinam os valores inscritos para a rede SIV se o modelo de funcionamento ainda não existe.

O Secretário Regional respondeu que relativamente ao quartel de bombeiros do Faial a responsabilidade de todo o processo, designadamente projetos e candidaturas a fundos comunitários, é da Associação e que a Proteção Civil só financia o restante, acrescentando que o valor inscrito para a rede SIV incorpora todos os valores relacionados com as SIV e a previsão de mais uma viatura na Ilha do Pico.

O Deputado Carlos Ferreira interveio para referir que no Faial tem havido inoperacionalidade do serviço SIV, contudo ainda tem a esperança que no futuro tudo se venha a resolver. Manifestou também a sua preocupação com todo o processo das ambulâncias e com o facto de o concurso ficar deserto, questionando se as ambulâncias vão para 8 ilhas como referiu no ano passado e se a Associação de Bombeiros do Faial conseguir despachar todos os procedimentos rapidamente, como pensa o Governo, com o valor inscrito, dar resposta à execução do quartel. O Secretário respondeu que concorda com a análise feita pelo Sr. Deputado relativamente à rede SIV no Faial. Relativamente ao quartel, referiu que tem trabalhado muito próximo com a Associação e que está convicto que a verba é suficiente.

O Deputado Marco Costa interveio, referindo que tem a informação que a A.M.I.P vai efetuar numa candidatura para aquisição de uma viatura, questionando se o Governo tem conhecimento e se não se efetivar essa aquisição qual vai ser a postura do Governo.

O Secretário respondeu que a sua preocupação é prever o financiamento necessário para o funcionamento e se a A.M.I.P não avançar, o Governo irá avançar com a aquisição da viatura.

**AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA PARA AS
RELAÇÕES EXTERNAS**



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Secretário Regional começou por afirmar que, no âmbito dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, este ano assume-se como um ano de charneira em vários domínios. Referiu ainda a intenção de levar a cabo um conjunto de políticas do Programa do Governo para a presente Legislatura, no âmbito do programa 2020.

Quanto a Projetar os Açores no Mundo, defende que se deve fazer aprofundar o papel da Macaronésia e Diáspora, descobrindo também novos espaços, desempenhando um papel de pivot, que não exige investimento e poderá ser feito o papel de alerta nomeadamente ao nível do turismo. Relativamente à Macaronésia temos de perceber que as Canárias possuem 2 milhões de pessoas, mais 8 milhões de turistas, e aí poder-se desempenhar um papel importante na promoção dos nossos lacticínios.

Afirmar os Açores na Europa constitui um grande objetivo e a ação mais importante será abrir o gabinete dos Açores em Bruxelas, com capacidade para receber instituições e organizações Açorianas. Destacou também o facto de 2018 ser o ano em que será negociada e trabalhada toda a programação para o quadro comunitário pós-2020. Referiu que neste contexto há uma filosofia de intervenção dos Açores em relação à U.E. de acordo com o artº 349º, dadas as fragilidades dos Açores enquanto RUP. Contudo, a estratégia deve passar por tudo aquilo que os Açores podem acrescentar a Europa, sobretudo uma grande dimensão marítima, sendo que os Açores possuem 20% do mar da Europa, e assim termos um argumento muito forte para a U.E. acolher as nossas reivindicações e anseios.

Temos um momento importante para a afirmação geoestratégica dos Açores com o fórum Roosevelt.

Ao nível das Comunidades a intenção é potenciar toda a rede de Casas dos Açores e procurar que estas sejam embaixadas dos Açores nas nossas comunidades e consubstanciar nos jovens o orgulho de ser Açoriano.

O programa cidadania europeia visa promover nas escolas ações fortes de consciencialização criando os clubes europeus, comemorando o dia da Europa nas escolas, com um debate de cidadania europeia que será transmitido na RTP/A atribuindo ao melhor uma viagem a Barcelona como prémio, o que tem funcionado muito bem.

O Deputado José San-Bento interveio para questionar onde se realizará o fórum Roosevelt e sugeriu que seria positivo sair da lógica existente, sugerindo a presença de George Freedman. Questionou ainda sobre o resultado do grupo de trabalho para instalação do gabinete dos



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Açores em Bruxelas. Finalizou, referindo que foi anunciado que o próximo dia 10 de Junho será comemorado nos Açores e nos E.U.A. e se o Governo Regional já pode partilhar alguma informação sobre essa matéria.

O Secretário Regional respondeu que o Fórum Roosevelt é uma oportunidade de colocarmos assuntos na ordem do dia e em que os Açores podem ter um papel importante, designadamente ao nível da segurança atlântica e ao nível dos transportes marítimos. Os E.U.A podem olhar para nós como um parceiro, acrescentando que o Fórum será realizado em Junho, possivelmente de 20 a 24, e será em ilhas onde Roosevelt passou, que foram S. Miguel e Faial. Esclareceu que vai haver um fórum de empreendedorismo da diáspora nos Açores e que seria interessante ligar este evento com as comemorações do 10 de Junho. Referiu também que o Gabinete em Bruxelas estará estruturado e finalizado até ao final de 2018.

O Deputado Antonio Lima interveio para questionar o membro do Governo sobre quantos Açorianos estão na situação de poderem ser deportados com o fim do DACA, tendo em conta que são 520 Portugueses, tendo questionado também o que pensa o Governo fazer para acompanhar a evolução do CETA e as suas consequências.

O Secretário Regional respondeu que não tem os números de quantos Açorianos estão nesta situação e relativamente ao CETA referiu que este acordo isenta em 95% as barreiras alfandegárias e que pode ser muito positivo para a nossa produção agroalimentar.

A Deputada Graça Silveira interveio questionando para que serve o valor inscrito para o emigrante regressado e questionou também qual o ponto de situação do Mercosul.

O Secretário Regional respondeu que o papel do Governo relativamente ao emigrante regressado assenta sobretudo na receção e encaminhamento e não carece de grandes valores. Relativamente ao Mercosul é sabido que ao nível da carne teremos que nos diferenciar.

AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

A Secretária Regional fez uma abordagem genérica sobre as matérias da competência da Comissão.

Na área da Habitação referiu que este orçamento visa dar resposta aos Açorianos em duas vertentes: aqueles que possuem habitação própria e os que não possuem habitação própria. Realçando que o valor previsto vai garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelo



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Governo Regional, acrescentou que este plano tem o propósito de fomentar a construção civil local, o objetivo da melhoria das condições de habitação e uma terceira vertente que assenta na reabilitação urbana, não esquecendo o combate aos imóveis afetados por térmitas, especialmente em S. Miguel, Terceira e Faial. Anunciou também que o Governo está a desenvolver um trabalho semelhante nas Ilhas do Pico, S. Jorge e S. Maria com vista a erradicar o problema. Ao nível do programa Famílias com Futuro esse programa tem um grande sucesso e deve ser mantido, devendo também ser alargado a outros que ainda não são abrangidos.

O Deputado Antonio Lima interveio, questionando porque há uma diminuição tão acentuada na medida 10.1.1, referindo que em 2017 o valor era de 461,000 euros e para 2018 é de 279,000 euros. Questionou ainda se os valores destinados ao programa Famílias com Futuro contempla apenas aqueles que já estão a ser apoiados ou também contempla novas candidaturas.

A Secretária Regional respondeu que o Governo vai adequando as dotações em função da procura, mas que não há intenção de abandonar nenhuma política. No que diz respeito ao programa Famílias com Futuro o valor contempla os que já beneficiam e aqueles que se pretendem candidatar pela primeira vez, acrescentando que vai haver uma nova fase de candidatura brevemente.

A Deputada Graça Silveira interveio para questionar para que serve o valor em infraestruturas se não há construção de bairros sociais e habitação a custos controlados.

A Secretária Regional respondeu que o programa traduz aquilo que está definido no programa de Governo e que visa dar resposta ao incentivo ao arrendamento e cooperação com as Autarquias que já existem.

O Deputado Jaime Vieira interveio referindo a sua preocupação relativamente ao mercado de casas para arrendar, referindo que a procura de casas é maior do que a oferta disponibilizada. Tendo em conta estes constrangimentos, o Deputado questionou se no Plano há alguma rubrica capaz de apoiar uma cooperativa de habitação através de um protocolo.

A Secretária Regional respondeu que essa questão é muito importante e que preocupa muito o Governo e que a esse nível estão a ser preparadas medidas nacionais e regionais para prevenir essa situação e fazer com que o mercado de arrendamento funcione. No que diz respeito às cooperativas, o governo pode avaliar e dar uma resposta. Acrescentou que os protocolos com as Juntas de Freguesias estão a ser cumpridos.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

O Deputado José San-Bento interveio para questionar o Governo se o facto do apoio ao arrendamento ir diminuído com o tempo não provocava alguns constrangimentos financeiros às famílias, na medida em que por vezes o aumento de rendimento não seria suficiente para acomodar a diminuição do apoio. Questionou ainda sobre o programa de habitação degradada, que por vezes esbarra com constrangimentos formais e burocráticos e no conseqüente apoio à família levando a que a solução seja a do realojamento, tendo solicitado um ponto de situação dos realojamentos.

A Secretária Regional respondeu que tem plena consciência do que a diminuição do apoio representa para as famílias. Contudo, o programa pressupõe numa segunda fase a autonomização dessas famílias. Relativamente a habitação degradada reconhece que este é talvez um dos maiores problemas, e que alguns desses problemas não se conseguem ultrapassar, realçando contudo que o programa tem um potencial muito grande em várias vertentes.

O Deputado Marco Costa interveio para questionar se para 2018 estão previstas negociações com as Autarquias ao nível dos contratos ARAAL à semelhança dos que existem.

A Secretaria respondeu que não tem memória de haver novos contratos ARRAL com a exceção da ilha do Corvo.